

**IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL - IECLB  
XXXIV Concílio da Igreja, 16 a 20 de outubro de 2024, Brasília DF**

**Palestra inicial realizada no dia 17/10/2024**

**QUANDO A VIDA COTIDIANA REVELA A FÉ QUE PROFESSAMOS**

Reflexão a propósito da celebração dos 200 anos de presença protestante no Brasil

*Pastor Dr. Lauri Emilio Wirth*

Tomo a liberdade de iniciar essa reflexão com a leitura de um dos mais antigos testemunhos de fé que se encontram na Bíblia. Trata-se de um testemunho profundamente ancorado na história de um povo.

“O meu antepassado foi um arameu que não tinha lugar certo onde morar. Ele foi com a família para o Egito, e ali eles moraram como estrangeiros. Quando chegaram lá eram poucos, mas aumentaram em número e se tornaram um povo grande e forte. Os egípcios nos maltrataram e nos obrigaram a fazer trabalhos pesados. Então oramos, pedindo socorro ao Senhor, o Deus dos nossos antepassados. Ele nos atendeu e viu a nossa aflição, a nossa miséria e como éramos perseguidos. Com a sua força e o seu poder ele fez milagres, maravilhas e coisas espantosas, e nos tirou do Egito e nos trouxe até essa terra que nos deu, uma terra boa e rica” (Dt 26-5-9).

Temos aqui um testemunho que pode iluminar a história de grande parcela da população brasileira. Somos um povo formado de imigrantes e migrantes. São muitas as causas que levam pessoas a migrar. Certos povos de nossos irmãos indígenas migram em busca de uma terra sem males. É a espiritualidade típica da sua cultura que os impulsiona a migrar. Nossa história também está profundamente marcada pela migração forçada de milhares de pessoas negras trazidas do continente africano e obrigadas a trabalhar como escravos em nosso país, um fenômeno que durou por mais de 300 anos. Temos a migração por causas sociais que, no século XIX, atraiu milhares de imigrantes da Europa para o nosso continente. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil se formou a partir desse movimento migratório, fundamentalmente motivado por causas sociais. Assim podemos testemunhar como no nosso texto bíblico: “nossos antepassados aqui chegaram porque saíram de uma terra onde imperava fome e miséria, onde não conseguiam sobreviver. Tomo a liberdade de ilustrar essa situação com um fragmento de uma carta escrita por imigrantes, em 1º de outubro de 1880:

“Querido cunhado, no mesmo dia em que recebi tuas cartas, eu também recebi uma carta da irmã da minha mulher, ... escrita no dia 20 de julho. Ela contou que cinco irmãos faleceram e que seu esposo esteve doente por treze anos, de modo que ela tinha que contar com o ganho de sua filha mais velha, para dividir com a família” ....

“Quando li a carta dela, minha mulher não se conteve e começou a chorar tão alto, que tivemos medo que ela fosse ficar doente. Porém, logo ela se refez e disse: ‘*Se nós tivéssemos ficado na Alemanha, também estaríamos vivendo de modo miserável, como a minha irmã*’ – o que não

acontece aqui, porque vivemos em paz e felizes juntos, e o bondoso Deus nos concedeu tudo o que precisamos”.<sup>1</sup>

A expressão “tudo que precisamos”, na verdade, se refere a condições mínimas de sobrevivência: acesso a uma porção de terra, algumas ferramentas e sementes para cultivar. Mas essas condições mínimas conferiram um diferencial fundamental aos imigrantes, se comparados a outras camadas sociais, como, por exemplo, a multidão de pessoas trazidas como escravas da África. Quando conseguiram se libertar da escravidão, não receberam nenhum apoio, nenhuma política de integração produtiva na sociedade. O racismo estrutural que hoje assola a nossa sociedade tem raízes nesse passado, do qual somos todos herdeiros e pelo qual somos corresponsáveis. Ainda assim, as limitações com as quais os imigrantes tiveram que lutar eram muitas.

Até 1889, a Igreja Católica Romana era a única igreja oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro. Outras expressões de fé eram apenas toleradas. Isso vale tanto para o protestantismo como para outras expressões de fé, sejam elas de religiões indígenas, de raiz africana, judaica, muçulmana etc. Por muito tempo, não católicos não tinham onde enterrar seus mortos, os casamentos de não católicos não tinham validade civil, os lugares de culto não católicos não podiam ostentar publicamente seus símbolos religiosos como sinos e torres de igreja etc. Existem muitas outras adversidades que não serão abordadas nessa reflexão. As consequências decorrentes dessa conjuntura são de longo alcance. Uma delas é que, tanto o luteranismo no Brasil e na América Latina, como o protestantismo em geral, se desenvolveu como um fenômeno religioso periférico, em relação à cultura religiosa hegemônica, pelo menos até a segunda metade do século XX. Esse protestantismo teve que lutar pelo seu direito à existência, não só no campo especificamente religioso, mas também no campo da cultura e do seu reconhecimento público.

Me refiro a esse passado, apenas para sinalizar brevemente as condições de vida de nossos ancestrais. Não se trata de alimentar ressentimentos, nem sugerir certo heroísmo de nossos antepassados. Ao contrário, no chão da vida, nos afazeres da vida cotidiana, predominava a solidariedade, os laços de vizinhança e de parentesco. Mesmo quando as leis eram discriminatórias, na vida cotidiana predominavam a solidariedade e a convivência pacífica entre os diferentes credos.

Concretamente, esse espírito de cooperação e solidariedade expressou-se no surgimento de uma série de associações eclesiais, encarregadas de cuidar da demanda religiosa na sociedade emergente a partir de um princípio associativista também verificável em outros espaços da convivência social. Na então província do Rio Grande do Sul, as chamadas “Comunidades Livres”, totalmente autônomas e sem vínculos formais além da própria comunidade de fé, foram, durante décadas, o único espaço de socialização religiosa dos imigrantes e seus descendentes. Em outras regiões houve, inclusive, iniciativas conjuntas entre católicos e protestantes para suprir demandas específicas como o estabelecimento de cemitérios para uso comum de ambas as denominações religiosas, bem antes que a separação entre Igreja e Estado os tornasse de acesso público. Na área da educação, existiram iniciativas de escolas comunitárias bilíngues, sempre orientadas por demandas concretas da comunidade local.

No que concerne especificamente à educação, hoje temos pesquisas que resgatam certa originalidade pedagógica emergente nas áreas de colonização, onde, apesar de múltiplas adversidades, as escolas eram pensadas a partir das necessidades da sociedade emergente. Há quem sustente que nesses contextos se originou um princípio pedagógico idêntico ao desenvolvido pelo educador brasileiro

---

<sup>1</sup> Apud JOST, Derti; STEIL, Lucia Hilda Gewehr. Os caminhos da família Gewehr. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 87.

Paulo Freire, 60 anos mais tarde, ou seja, eram escolas pensadas para as populações locais e, em boa medida, administradas pelas populações locais.

Penso que aqui temos uma evidência prática de um dos enunciados mais importantes da teologia da reforma. Podemos dizer que o associativismo e a solidariedade praticada entre os primeiros imigrantes e seus descendentes evidencia, talvez inconscientemente, aquilo que Lutero queria expressar com a ideia do Sacerdócio Universal de todas as pessoas crentes. Ou seja, toda atividade produtiva e cultural de uma sociedade deveria ter como foco e bem comum, o bem-estar de toda a sociedade. Quem age a favor do bem comum, segundo Lutero, presta culto a Deus. Quem direciona sua atividade produtiva para o bem comum é um sacerdote e uma sacerdotisa, mesmo quando ele ou ela não tem consciência da dimensão profunda de suas atitudes.

Especialmente no que concerne à atividade produtiva, gostaria de trazer mais um testemunho, através de um fragmento de uma carta escrita por um imigrante, em 15 de outubro de 1868. Esse testemunho nos aproxima um pouco da vida cotidiana dos nossos antepassados:

“Este ano a colheita aqui foi boa. Eu só tinha plantado 1<sup>1/2</sup> quarto de feijão e colhi 15 sacos. O saco de batatas geralmente rende de 2 a 3 Mil-reis. Eu tinha colhido bastante, mas ainda não vendi. Agora custa 1 Mil-reis e 30.”

“Aqui se paga muito caro pelas coisas que se compra. Uma libra de café custa 18 Wendins, uma libra de açúcar 18, a libra de arroz 10. Esse também cresce por aqui, e no futuro nós mesmos haveremos de plantar o que necessitamos”

“... Quase nos faltam calças, camisas, e de vez em quando uma roupa de domingo / um terno, e quem tiver muitas despesas em casa, precisa gastar muito”.<sup>2</sup>

Aqui temos mais um indício de um enunciado fundamental da teologia da reforma. Entre os imigrantes e seus descendentes se desenvolveu uma economia de subsistência. Ou seja, toda a atividade econômica estava voltada, em primeiríssimo lugar, para a manutenção da vida. Essa é uma ideia fundamental no pensamento teológico de Lutero. Toda atividade econômica, seja ela qual for, precisa ter como foco principal e inegociável, a reprodução e preservação da vida. Todo sistema econômico que não tenha a reprodução e preservação da vida como meta, se torna intrinsecamente diabólico. Lutero já percebeu essa tendência no longínquo século XVI, e não se furtou em denunciá-lo. Exemplifico com uma pequena passagem de Lutero, uma denúncia que se repete em vários de seus textos:

“*Em primeiro lugar, é preciso saber que, em nossos dias (...) a ganância e a usura não apenas se instalaram imensamente em todo o mundo, mas que alguns também se atreveram a descobrir alguns subterfúgios sob os quais podem praticar livremente sua maldade sob o manto da justiça*” (Lutero, 1995, p. 399)<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Apud JOST, Derti; STEIL, Lucia Hilda Gewehr. Os caminhos da família Gewehr. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 85

<sup>3</sup> LUTERO, Martinho. Comércio e usura. In: Obras selecionadas, vl. 5, São Leopoldo: Sinodal, 1995, p. 399. (Originalmente publicado em 1524)

Em outra passagem, Lutero alerta para as consequências desse espírito da ganância e ostentação e orienta as comunidades sobre como lidar com as suas finanças nesse contexto:

“Seria o suficiente se a menor parte fosse doada para as igrejas, altares, vigílias, testamentos e semelhantes, e se canalizasse o grosso do fluxo, para o cumprimento do preceito de Deus, para que o benefício feito aos pobres brilhe mais entre os cristãos do que todas as igrejas de alvenaria ou madeira”.<sup>4</sup>

## **Das comunidades de fé à institucionalização de um protestantismo étnico**

Até aqui me referi às primeiras décadas da imigração em nosso continente e destaquei a solidariedade e a autonomia com a qual organizaram suas comunidades. Me demorei nesse aspecto, porque se trata de um capítulo pouco conhecido da nossa história, mas que reserva ensinamentos que podem ser resgatados e valorizados, quando nos perguntamos sobre que igreja queremos ser. A solidariedade, o trabalho cooperativo e voltado para a preservação da vida, são aspectos que apontam para o exercício prático do sacerdócio de todas e todos os crentes, um dos legados mais significativos do pensamento de Lutero.

Passo a abordar agora a filiação religiosa de nossos antepassados. Aqui é necessário ressaltar que a IECLB é uma igreja plural, desde as suas origens. Embora a maioria dos imigrantes tivesse vínculos com uma das denominações religiosas originárias da Reforma Protestante do século XVI, não é correto caracterizá-los genericamente como luteranos. No geral, esses imigrantes eram identificados como evangélicos para diferenciá-los dos imigrantes adeptos do catolicismo romano. No país de origem, ser evangélico poderia indicar tanto a pertença a uma Igreja de rito luterano, quanto calvinista ou até a um dos grupos dissidentes da Reforma, como os Anabatistas, ou ainda a movimentos de renovação espiritual como os pietistas moravianos.

A partir de 1864, um novo espírito penetra na vida das comunidades de imigrantes e seus descendentes. É quando se inicia a ação de sociedades missionárias estrangeiras, um processo lento, mas persistente, que culmina com a institucionalização das comunidades sob a influência decisiva de missionários e teólogos alemães. Lentamente a autonomia das comunidades cedeu lugar a organismos regionais, os chamados Sínodos ou Associações de Comunidades. O processo culminou com a filiação da maioria das comunidades à Igreja Evangélica da Alemanha, consolidando-as como comunidades estrangeiras no Brasil. Num primeiro momento este processo coincide com um significativo aumento do fluxo migratório e a mercantilização da emigração, na medida em que setores sociais ligados ao comércio internacional e às companhias de navegação descobrem na emigração um campo promissor de investimentos. Na Alemanha cria-se uma ampla articulação de apoio a igrejas, escolas e associações culturais no Brasil que, além de organizações religiosas, envolve agências de fomento à cultura alemã no exterior, setores da indústria e comércio, centros de formação e órgãos governamentais. Em nível local a institucionalização das comunidades pressupõe certo grau de estratificação social, sendo que representantes dos setores socialmente ascendentes também assumem a liderança das comunidades religiosas. Com a unificação dos Estados alemães, em 1871, e a ideologia nacionalista que lhe dava sustentação, a preservação do caráter germânico das comunidades passou a ser o principal elemento definidor de identidade deste protestantismo.

---

<sup>4</sup> Idem, p 409.

Na visão dos ideólogos deste modelo de Igreja, a vinculação dos imigrantes e seus descendentes à cultura alemã cumpria um papel que extrapolava seu significado meramente religioso. Tratava-se também de uma estratégia para superar da crise econômica e social que sacudia a Alemanha na segunda metade do século XIX, o que pressupunha, acima de tudo, o fortalecimento do país na disputa expansionista das nações europeias. Nessa conjuntura, a emigração passaria a cumprir uma dupla função, qual seja, a de esvaziar os movimentos sociais que, ano a ano se tornavam mais numerosos e influentes e a de auxiliar na conquista de novos mercados para a economia alemã, o que pressupunha o vínculo cultural permanente dos emigrados com sua “pátria mãe”. Nesta estratégia o conceito de cidadania alemã é fundamental, na medida em que a pertinência ao povo alemão pressupõe um vínculo sanguíneo e não meramente territorial. Alemão é, pois, quem possui sangue alemão, independentemente de seu lugar de nascimento.

Representativo desta simbiose entre identidade religiosa, cultura germânica e colonialismo tardio é um discurso de um teólogo atuante nas regiões de colonização alemã no Brasil, proferido diante do Congresso Colonial, realizado em Berlin, em 1910. Respondendo à pergunta pelas “perspectivas da germanidade na América do Sul e o que deve ser feito para sua preservação e cultivo por parte da pátria alemã”, o pastor Max Dedekind diagnosticava:

“Cada família alemã no exterior é um elo valioso do nosso povo. Com cada emigrante assentado na floresta distante, o povo alemão dá um passo adiante sobre o globo terrestre. Cada uma destas famílias é portadora da cultura e da índole alemã. E cada família alemã no exterior propicia novos mercados ao comércio alemão, enquanto esta família permanecer alemã<sup>5</sup>.

O resultado desse processo foi um protestantismo étnico, cujo eixo estruturante era a preservação da cultura alemã. Nesse contexto, ser evangélico se confundia com o ser germânico, sendo que o germânico muitas vezes tinha primazia sobre o evangélico.

A viabilidade deste modelo de igreja centrado na “cultura e na índole alemã” enfrentaria seu primeiro grande teste no contexto da primeira Guerra Mundial. Em outubro de 1917, o governo brasileiro proibiu o uso da língua alemã, inclusive em cerimônias religiosas. Jornais em língua alemã foram igualmente interditados, o que suspendia o principal elo de comunicação entre as comunidades locais. O auxílio financeiro externo foi interrompido e a crise econômica ameaçava inviabilizar as comunidades. Contudo, a médio prazo, a despeito de algumas iniciativas mal sucedidas rumo à retomada da autonomia das comunidades locais, esta crise não passaria de um acidente de percurso, que não alteraria fundamentalmente os rumos de protestantismo étnico no Brasil. Ainda assim, detecta-se certa tensão entre as dinâmicas comunitárias locais a as decisões definidoras do perfil institucional da igreja em formação. A resistência das comunidades contra a ingerência externa é uma constante, não só neste período. Nas palavras de um pastor envolvido no debate, isto se devia ao fato do Conselho Superior Eclesiástico de Berlim ser a instância decisória sobre os rumos da comunidade “em seus mínimos detalhes”, o que impediria tanto a formação de lideranças locais como inibiria qualquer “espírito comunitário”.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> DEDEKIND, Max. “Welche Aussichten hat das deutsche Volkstum in Südamerika und was ist zu seiner Erhaltung und Pflege seitens der deutsche Heimat zu tun”. In: *Verhandlungen de Deutschen Kolonialkongresses*. Berlin, 1910, p. 1015-1036, citado na p. 1016.

<sup>6</sup> E. Schröder, em relatório com data de 17 de agosto de 1926, disponível no Arquivo Central Evangélico de Berlim, sob a rubrica EZA 5/2458, cf. WIRTH, Lauri Emilio. *Protestantismus und Colonization in Brasilien*. Erlangen, 1992, p. 123.

## Do protestantismo étnico ao luteranismo brasileiro

Os anos de 1930 até 1945 podem ser considerados como o período da grande crise do protestantismo étnico no Brasil. Fatores determinantes foram a política de nacionalização do governo Vargas, em nível local, e a profunda crise que envolveu o protestantismo alemão durante a vigência do regime nazista de Hitler. Nesse período, as instâncias diretivas da Igreja Evangélica da Alemanha foram quase que totalmente cooptadas pelo nazismo. Nesse ambiente, a maioria dos pastores alemães atuantes no Brasil, aderiram à ideologia nacional socialista, a ponto de se encontrar comunidades que até ostentavam a cruz suástica nos paramentos do altar. Contudo, é importante trazer à memória, que nem todos aderiram à politização das comunidades locais. Para exemplificar, transcrevo aqui um posicionamento oficial da Conferência Pastoral da Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina, formulada em 1937:

“A Igreja local é uma Igreja que tem um desenvolvimento próprio e tem própria estrutura. Por isso não podemos trazer para cá as disputas da política eclesiástica da Igreja Mãe. Cada pastor individualmente pode tender para esta ou aquela direção, dependendo das informações que ele recebe de lá. Aqui não temos a tarefa de assumir as disputas que se impõe à terra natal. Temos a obrigação de trabalhar em conformidade com o nosso juramento de ordenação”.<sup>7</sup>

A política nacionalista repressiva do Estado brasileiro, entre 1930 e 1945, implicou em muito sofrimento para as comunidades locais e para a vida cotidiana de quem só sabia se expressar em língua alemã. O desfecho da segunda Guerra Mundial significou para as comunidades germânicas no Brasil uma situação de dupla orfandade. A dependência formal da Igreja Evangélica da Alemanha estava definitivamente rompida. E no ambiente do pós-guerra tornava-se insustentável a manutenção da cultura germânica enquanto elemento definidor da identidade religiosa. É nesse contexto que a teologia luterana passa a assumir um papel central na formulação de uma identidade doutrinária do que viria a ser a IECLB. Mas essa transição foi implementada sem que se fizesse uma reflexão profunda sobre o caminho percorrido até então. A Igreja Evangélica da Alemanha formulou uma confissão de culpa por sua omissão e profundo envolvimento com a ideologia nazista do regime de Hitler, com a Confissão de Culpa de Stuttgart (Stutgarter Schuldbekentnis). Nada disso foi ao menos tentado no Brasil.

Assim, a caminhada da IECLB como Igreja de Jesus Cristo no Brasil adquire um novo rumo após a Segunda Guerra Mundial. Se por um lado o caminho desde então percorrido é motivo de gratidão e alegria, por outro, assim me parece, nossa história ainda espera por uma avaliação sincera e crítica do caminho que percorremos até aqui. De qualquer forma é altamente salutar que temáticas advindas da realidade brasileira passam a ocupar a pauta dos debates e a nortear as ações da Igreja. Um dos momentos decisivos desta tendência foi a fundação da Escola de Teologia, em março de 1946, fundamental para a formação de um clero luterano brasileiro<sup>8</sup>. A Escola de Teologia foi também o espaço em que os futuros teólogos e as futuras teólogas do luteranismo brasileiro tomaram contato com a teologia crítica do pós-guerra e com os teólogos que articulam a discussão teológica em diálogo com as grandes questões do mundo moderno.

Outro leque de iniciativas que apontam para a mudança de foco é a filiação oficial da IECLB a organismos ecumênicos tanto nacionais, como é o caso da Federação Evangélica do Brasil, como internacionais, sendo o mais expressivo deles o Conselho Mundial de Igrejas e a Federação Luterana

---

<sup>7</sup> Apud WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismus und Colonization in Brasilien. Erlangen, 1992, p. 151.

<sup>8</sup> Ver FISCHER, Joachim. Breve história da Faculdade de Teologia. In: VVAA, Formação teológica em terra brasileira. São Leopoldo, Sinodal, 1986, p. 18-32.

Mundial. Contudo, este processo não está livre de ambiguidades e profundas contradições. Um exemplo desta constelação foi a tentativa da Igreja Luterana de sediar, em 1970, a quinta edição do mais importante evento do luteranismo mundial, Assembléia da Federação Luterana Mundial. Nas vésperas de sua abertura o evento foi transferido para a França. O motivo: em protesto pela simpatia das lideranças luteranas brasileiras pelo regime militar a maioria das delegações estrangeiras ameaçava cancelar sua participação na Assembléia. Episódios desta natureza mostram a pouca familiaridade das lideranças luteranas de então diante dos conflitos que assolavam a sociedade ao mesmo tempo em que apontavam para a necessidade de definições mais claras em relação a temas como a relação entre Igreja e Estado e sobre a responsabilidade social da Igreja.

Um ensaio de resposta a estas demandas surgiu do VII Concílio Geral da IECLB, realizado em Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 1970, com a publicação do assim chamado “Manifesto de Curitiba”, o primeiro documento oficial da Igreja Luterana sobre a relação entre Igreja, Estado e questões sociais. De certa forma o teor deste documento reflete a ação de setores críticos ao regime militar no interior da Igreja ao mesmo tempo em que revela a cautela em relação à conjuntura política do país na época. Se por um lado indaga criticamente a respeito das “notícias alarmantes sobre práticas desumanas que estariam ocorrendo em nosso País, com relação principalmente ao tratamento de presos políticos ...”, a nota que acompanhou a divulgação do documento relativiza esta crítica, destacando a boa receptividade do governo e sua abertura para dialogar sobre críticas e sugestões construtivas<sup>9</sup>. De qualquer forma, tratando-se de um documento conciliador, pode ser considerado indicativo da inclusão tardia do universo político na pauta de preocupações do luteranismo brasileiro.

Outro documento indicativo da mudança de horizontes foi divulgado em 1976 com o título “Nossa Responsabilidade Social”. Mais contundente que o “Manifesto de Curitiba”, revela uma tentativa de autocrítica, admitindo inclusive sua omissão diante dos problemas sociais do país, e esboça uma análise da estrutura econômica e social vigente. Contudo, tem-se a impressão que a repercussão de tais documentos na vida das comunidades foi pequena. Uma pesquisa realizada nos anos 70 caracterizava o luterano brasileiro como um sujeito com “uma visão harmoniosa da sociedade”, que aceita “acriticamente o sistema vigente” e tem na “ética do esforço individual a única saída para os problemas da sociedade”<sup>10</sup>.

A partir dos anos 70 do século XX uma nova questão entra na pauta de debates da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, motivado por dois movimentos que alterariam profundamente a geografia da sua inserção no país: a expansão da fronteira agrícola e a migração do campo para a cidade. Neste contexto serão gestadas inúmeras iniciativas de apoio a pequenos agricultores, de envolvimento com a causa indígena além de uma série de projetos voltados à população de baixa renda na periferia das grandes cidades, entre outros. No contexto da redemocratização do país, o tema da responsabilidade social desloca-se, assim, da crítica ao Estado para iniciativas concretas de capacitação para a Diaconia e ação social e para participação de luteranos na vida política, bem como na formação de redes de ação social, mormente com o apoio decisivo de agências ecumênicas internacionais. Trata-se de iniciativas que apostam em pequenos processos de inovação, como a formação de cooperativas de produção e consumo, de medicina alternativa e diversas iniciativas no campo da cultura<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Documento na íntegra em BURGER, Germano (ed.) Quem assume esta tarefa: um documentário de uma igreja em busca de sua identidade. São Leopoldo: Sinodal, 1977, p. 37-41.

<sup>10</sup> SCHÜNEMANN, Rolf. Do gueto à participação: o surgimento da consciência sócio-política na IECLB entre 1960 e 1975. São Leopoldo: Sinodal, 1992, p. 119.

<sup>11</sup> BURITY, Joanildo A. Religião e redes nas políticas sociais: legitimando a participação das organizações religiosas. Estudos de Religião, nº 25. São Bernardo do Campo, UMESP, 2003, p. 12-47.

O deslocamento do campo para a cidade também confrontou os luteranos, num grau de intensidade até então inédito em seu meio, com o tema do pluralismo religioso e a diversidade cultural do país. Esta conjuntura motivou diferentes esforços no sentido de articular a teologia luterana com as grandes questões sociais do Brasil e da América Latina<sup>12</sup>. No geral, esta teologia mostra-se aberta ao pluralismo, à tolerância religiosa e a cooperação ecumênica. Contudo, o luteranismo abriga em seu interior tendências que apostam na concorrência religiosa e relativizam a teologia luterana como elemento definidor da identidade religiosa. Pastoralmente deslocam o foco da teologia racionalmente elaborada para a experiência religiosa, geralmente vivenciada em celebrações abertas ao êxtase religioso, com significativos deslocamentos das práticas rituais e litúrgicas bem como sua fundamentação teológica<sup>13</sup>. Ou seja, parece que a dinâmica do campo religioso brasileiro instalou-se definitivamente no interior da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Até que ponto sua teologia e suas opções no âmbito da política eclesiástica dará conta da fluidez característica do campo religioso brasileiro com a constante relativização da tradição como elemento unificador do grupo religioso é uma pergunta em aberto.

Brasília, 17 de outubro de 2024

---

<sup>12</sup> Como representativo desta tendência ver ALTMANN, Walter. Lutero e Libertação: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Paulo/São Leopoldo: Ática/Sinodal, 1994.

<sup>13</sup> Sobre o tema ver VVAA. Movimento de renovação espiritual: o carismatismo na IECLB. São Leopoldo: Sinodal, 2002.